



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Questão ambiental, território e conflitos sociais na Amazônia

Igor Pantoja Miranda¹

Elizangela do Socorro Sena Pueyo Costa²

Daniella de Gois Rocha³

Edval Bernardino Campos⁴

Resumo: O artigo examina a questão ambiental como expressão da questão social na Amazônia, com foco nas disputas territoriais e nos efeitos de projetos de grande escala no contexto da COP 30. Discute o papel do neodesenvolvimentismo, as ações de grandes corporações e a expansão do capitalismo verde, os processos de mercantilização e financeirização da natureza, e demonstra como essas dinâmicas aprofundam a desigualdade, os conflitos territoriais e as expropriações, afetando diretamente os povos da floresta e reafirmando a questão social.

Palavras-chave: questão ambiental; Amazônia; COP 30; território; capitalismo verde.

Environmental issue, territory and social conflicts in the Amazon

Abstract: This article examines the environmental question as an expression of the social question in the Amazon, focusing on territorial disputes and the effects of large-scale projects in the context of COP 30. It discusses the role of neo-developmentalism, the actions of large corporations and the expansion of green capitalism, the processes of commodification and financialization of nature, and demonstrates how these dynamics deepen inequality, territorial conflicts and expropriations, directly affecting the forest peoples and reaffirming the social question.

Keywords: environmental issue; Amazon; COP 30; territory; green capitalism.

1. Introdução

A Amazônia brasileira tem se consolidado como um espaço estratégico nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento, especialmente diante da intensificação de grandes empreendimentos voltados à exploração de recursos naturais. Historicamente atravessada por disputas em torno do uso do território, a região evidencia tensões entre projetos que priorizam a acumulação econômica e aqueles que defendem a preservação socioambiental e os modos de vida das populações tradicionais amazônidas. No contexto

¹ Graduando em serviço social; Universidade Federal do Pará; igorpantoja972@gmail.com

² Graduanda em serviço social; Universidade Federal do Pará; elizangelapueyo@gmail.com

³ Graduanda em serviço social; Universidade Federal do Pará; rochadaniella06@gmail.com

⁴ Professor da faculdade de serviço social; Universidade Federal do Pará; edval.campos@hotmail.com

recente, o neodesenvolvimentismo emerge como uma estratégia que, sob a justificativa de promover crescimento econômico e inserção competitiva no mercado global, reatualiza e aprofunda a lógica de exploração capitalista sobre a Amazônia.

Essa dinâmica revela uma articulação contraditória entre neodesenvolvimentismo e neoliberalismo, na qual o Estado desempenha papel central ao mobilizar recursos públicos, ampliar investimentos em infraestrutura e viabilizar grandes projetos, ao mesmo tempo em que flexibiliza marcos regulatórios e fragiliza mecanismos de proteção socioambiental. Nesse processo, a Amazônia passa a ser vista como fronteira de expansão do capital, sendo reduzida a um conjunto de ativos estratégicos voltados à produção de commodities, fato que intensifica processos de expropriação e conflitos territoriais.

Conforme destaca Porto-Gonçalves (2001), a região não pode ser compreendida de forma homogênea, mas como um conjunto de “Amazônias” em disputa, marcado por múltiplas territorialidades e diferentes formas de apropriação do espaço. A imposição de um modelo único de desenvolvimento desconsidera essa diversidade, invisibilizando saberes, práticas e relações com a natureza historicamente construídas pelos povos habitantes da região. Nesse sentido, os grandes empreendimentos, frequentemente legitimados por discursos de progresso e modernização, materializam contradições ao produzirem deslocamentos, degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades sociais.

A análise desses processos exige compreender a questão ambiental como dimensão constitutiva da questão social. À luz de Iamamoto (2014), às expressões da degradação ambiental não se configuram como fenômenos isolados, mas como parte das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo, que explora simultaneamente a natureza e a força de trabalho.

Além disso, o conceito de acumulação por despossessão, formulado por Harvey (2004), oferece importante chave interpretativa para compreender a apropriação de terras e recursos na Amazônia. Esse processo envolve a mercantilização da natureza, a privatização de bens comuns e a expulsão dos povos de seus territórios, configurando uma dinâmica em que a expansão do capital se dá mediante a intensificação das desigualdades socioambientais e a negação de direitos para essa população.

Nesse sentido, a exploração intensiva dos recursos naturais não pode ser compreendida apenas como um problema ambiental, mas como expressão da questão social no capitalismo. Conforme argumenta Iamamoto (2014), trata-se de manifestações das desigualdades estruturais produzidas pela exploração do trabalho e da natureza, cujos impactos recaem de forma desigual sobre as populações mais vulnerabilizadas

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o neodesenvolvimentismo na Amazônia a partir da implementação de grandes empreendimentos, evidenciando suas implicações socioambientais e suas conexões com a reprodução das desigualdades. Busca-se, ainda, compreender como tais processos se articulam às disputas contemporâneas em torno da natureza, especialmente no contexto de eventos globais, como a Cop 30 em Belém, e da crescente incorporação de mecanismos de mercado, como a financeirização ambiental, que reconfiguram as formas de apropriação e controle dos territórios amazônicos.

2. Neodesenvolvimentismo na Amazônia e os grandes empreendimentos

O debate sobre o desenvolvimento na Amazônia brasileira tem sido historicamente marcado por tensões entre a exploração de seus vastos recursos naturais e a preservação ambiental e social. No contexto contemporâneo, a ascensão do neodesenvolvimentismo representa uma estratégia que, embora promova o crescimento econômico, intensifica a lógica de acumulação capitalista e a devastação ambiental e social.

Por esta lógica, a Amazônia, é vista como um recurso estratégico para o capital. O modelo aplicado contemporaneamente revela uma simbiose perversa entre neodesenvolvimentismo e neoliberalismo, o Estado atua de forma a mobilizar pesados recursos públicos e infraestrutura para garantir a extração acelerada de commodities, enquanto desmantela as redes de proteção socioambiental e os direitos das comunidades tradicionais.

Portanto, como destaca Porto-Gonçalves (2001, p. 15), a região não deve ser compreendida de forma homogênea, mas sim como um conjunto de "Amazônias" em disputa, em que diferentes lógicas de uso do território se confrontam. Para o autor, a Amazônia é um espaço de "múltiplas territorialidades", e a imposição de um modelo único de desenvolvimento ignora a diversidade de saberes e modos de vida dos povos que

nela habitam (id. p. 28). O autor argumenta que a imposição de um modelo único de desenvolvimento desconsidera a diversidade de saberes e modos de vida dos povos locais, que se confrontam com diferentes lógicas de uso do território.

Essa abordagem ressalta a complexidade socioespacial amazônica, em que distintas apropriações e significados do espaço coexistem e interagem, muitas vezes em conflito, evidenciando a necessidade de reconhecer a pluralidade cultural e ambiental da região.

Também, esses grandes empreendimentos são frequentemente justificados por um discurso de “desenvolvimento” que promete progresso e melhoria das condições de vida, contudo, a realidade social e ambiental na região revela um cenário de conflitos e expropriações.

Ademais, a exploração intensiva dos recursos naturais gera impactos sociais e ambientais profundos, desvelando as contradições inerentes a esse modelo nSantos; Andrade (2023, p.52). A questão ambiental, por sua vez, emerge como uma faceta intrínseca da questão social, que para a autora, Marilda Iamamoto, não se restringe a um conjunto de problemas sociais isolados, mas se manifesta como as expressões do processo de exploração da força de trabalho pelo capital, que assume formas cada vez mais brutais de desigualdade e exclusão Iamamoto (2014, p. 27), A exploração intensiva dos recursos naturais gera impactos sociais e ambientais profundos, evidenciando as contradições inerentes a um modelo de desenvolvimento que desconsidera a sustentabilidade.

Esse desafio ambiental, por sua vez, não pode ser compreendido isoladamente, mas como um aspecto da questão social que transcende a mera soma de problemas isolados, sendo a degradação ambiental um reflexo das profundas contradições socioeconômicas, onde a lógica de acumulação capitalista impulsiona a exploração tanto da natureza quanto do trabalho, resultando em um ciclo de impactos interligados que afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis.

A sustentação teórica para caracterizar a exploração ambiental como questão social encontra-se na perspectiva de autores como Carlos Montaña (2012) e Maria das Graças e Silva (2010), que argumentam que a natureza, no capitalismo, é reduzida a uma mercadoria e a sua destruição atinge diretamente as condições de reprodução da vida das classes subalternas. Portanto, a questão ambiental é "social" porque é produzida

socialmente nas relações de produção capitalistas e seus impactos são distribuídos de forma desigual, afetando prioritariamente as populações vulnerabilizadas.

Nesse processo, o conceito de acumulação por despossessão ou espoliação, formulado por David Harvey, torna-se importante para compreender a dinâmica de apropriação de bens e recursos na Amazônia. Harvey (2004, p. 121) argumenta que a acumulação por despossessão “libera um conjunto de ativos (incluindo a força de trabalho) a um custo muito baixo (e em alguns casos zero). O capital sobre acumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Essa lógica implica a “mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva) em direitos de propriedade privada exclusivos” (HARVEY, 2004, p. 123). Na Amazônia, essa lógica se manifesta na apropriação de terras indígenas e de comunidades tradicionais para a implantação de grandes projetos que servem aos interesses do capital global.

3. A COP 30 como cenário de disputa

A realização da COP 30 na Amazônia não deve ser compreendida apenas como um evento diplomático, transformando-a não apenas em palco de discussões ambientais, mas em um território estratégico de disputas políticas, econômicas e sociais. Ao colocar a região no centro do debate climático, a conferência se configura como um espaço de tensões entre diferentes projetos de sociedade, especialmente no que se refere ao uso, controle e significado da natureza.

A Amazônia passa a ser mobilizada como uma espécie de discurso verde (greenwashing), tanto pelo Estado quanto por grandes corporações, que buscam associar suas agendas à pauta da sustentabilidade. Sob a lógica do chamado “capitalismo verde”, constrói-se uma perspectiva que tenta conciliar a continuidade da acumulação capitalista com discursos de preservação ambiental. No entanto, essa proposta não rompe com a lógica do modo de produção capitalista; ao contrário, promove sua reconfiguração, na qual a natureza é progressivamente convertida em ativo econômico. Nesse sentido, trata-se de um processo em que “conceitos inicialmente radicais, tais como sustentabilidade, [são] cooptados [...] de modo a incluí-los em sua lógica de acumulação” (MISOCZKY; BÖHM, 2012, p. 546).

Nessa abordagem, a natureza é integrada à dinâmica de mercado como uma nova oportunidade para a valorização do capital e não é mais apenas como base da vida. Segundo Misoczky e Böhm (2012, p. 548), citando Smith (2007), o capitalismo verde se configura como “a principal estratégia para a mercantilização e financeirização da natureza, intensificando de modo radical a penetração do capital sobre a natureza”. Portanto, a sustentabilidade torna-se um componente útil para o crescimento do capitalismo, em vez de um sinal de ruptura.

O fato de a mineradora Vale ser uma das principais patrocinadoras e parceiras do evento ilustra perfeitamente essa dinâmica. Em sua plataforma oficial de comunicação para a conferência, ela conduz seus negócios “por meio de uma mineração justa, inclusiva, integrando proteção e recuperação ambiental ao bem-estar de pessoas, comunidades e desenvolvimento econômico” (VALE, 2026). Essa construção discursiva, contudo, faz parte de uma tática de legitimação, e não de imparcialidade. A retórica da sustentabilidade serve, portanto, como ferramenta ideológica, pois “proveu uma nova legitimidade à globalização neoliberal [...] apesar da sua dinâmica esmagadoramente devastadora” (LANDER, 2011, p. 3 apud MISOCZKY; BÖHM, 2012, p. 551).

Embora as tensões territoriais e os impactos no modo de vida dos habitantes da Amazônia persistam localmente, a empresa, cuja história na região do Pará é marcada por severas contradições socioambientais, busca reposicionar sua imagem global. Há “um cenário de tensões e conflitos de interesse [...] entre a Vale e as comunidades que se veem prejudicadas [...] pela cadeia produtiva da mineração”, segundo uma reportagem investigativa (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 14).

O apoio da mineradora Vale S.A. à COP 30, nesse cenário, evidencia o uso de “névoas” discursivas que mascaram os efeitos tangíveis de suas operações e materializam os conflitos entre a linguagem corporativa e a realidade territorial. Isso se manifesta em regiões onde áreas caracterizadas por desigualdade e violações são consolidadas em nome do progresso; essas áreas são conhecidas como “zonas de sacrifício” decorrentes da lógica da exploração mineral.

Além dessas contradições entre discurso e prática, é fundamental destacar que os impactos desse modelo recaem de forma desigual sobre as populações amazônicas, especialmente comunidades tradicionais, ribeirinhas e periféricas. Nesse contexto, não se trata apenas de conflitos abstratos, mas de efeitos concretos na vida social, como

deslocamentos forçados, precarização das condições de vida e restrição do acesso aos territórios e aos bens naturais.

O próprio ato de sediar a COP 30 perpetua essas disparidades, limitando ou marginalizando a participação efetiva das populações impactadas, ao mesmo tempo que favorece a presença de grandes empresas e atores institucionais. Essa luta por visibilidade e reconhecimento é evidenciada pelos protestos e manifestações dos movimentos sociais durante o evento, que demonstram que esses problemas não apenas existem, mas reivindicam seu lugar nas decisões que impactam diretamente seus territórios e modos de vida.

4. A financeirização da natureza e os créditos de carbono

A chamada “economia verde” na Amazônia, com ênfase nos impactos do mercado de carbono sobre os povos da floresta, parte-se do entendimento de que as respostas à crise climática, estão longe de serem neutras, pelo contrário, pois são inseridas em relações de poder que produzem desigualdades e reconfiguram conflitos territoriais.

No contexto da realização da COP 30, a Amazônia é projetada como espaço estratégico para a implementação de soluções de mercado, como os créditos de carbono. Embora esses mecanismos sejam apresentados como alternativas capazes de conciliar preservação ambiental e crescimento econômico, seus efeitos concretos sobre as populações locais demandam análise crítica.

Sob a perspectiva da Justiça Ambiental, a expansão dessas iniciativas evidencia a distribuição desigual dos riscos e danos ambientais. Tais impactos tendem a recair sobre comunidades ribeirinhas, indígenas e periféricas, enquanto os benefícios econômicos permanecem concentrados em grupos empresariais e nos circuitos globais de acumulação. Essa dinâmica reforça que os riscos não são aleatórios, mas socialmente produzidos e territorialmente direcionados, convertendo determinadas áreas amazônicas em verdadeiras zonas de sacrifício, conforme analisa Teles (2020).

A Ecologia Política oferece um marco analítico fundamental para compreender esses processos, ao evidenciar as relações de poder que estruturam o uso e a apropriação dos territórios. Nesse sentido, conflitos socioambientais não se restringem a disputas técnicas, mas expressam antagonismos entre projetos distintos de desenvolvimento. De um lado, a lógica da exploração intensiva orientada pelo capital; de

outro, a defesa dos direitos das populações à saúde, à água limpa e à permanência em seus territórios.

Nessa mesma direção, José Paulo Netto (2001) destaca que a intervenção do Estado nas expressões da questão social ocorre de forma contraditória, mediando interesses de classes distintas. No caso da economia verde, observa-se que políticas ambientais e mecanismos de mercado, ao mesmo tempo em que se apresentam como respostas à crise climática, podem favorecer a expansão do capital sobre territórios tradicionalmente ocupados.

Essas dinâmicas podem ser observadas em episódios recentes na Amazônia, como o caso envolvendo a empresa Hydro Alunorte, em Barcarena. A negação inicial de contaminação ambiental por parte da empresa, posteriormente contestada por análises do Instituto Evandro Chagas, evidencia a assimetria de poder entre empresas, Estado e populações atingidas. Situações como essa ilustram como interesses econômicos tendem a se sobrepor aos direitos das comunidades, aprofundando processos de vulnerabilização.

Essa análise dialoga com Marilda Iamamoto ao afirmar que a questão social deve ser compreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2001, p. 27). Nessa perspectiva, a incorporação da natureza aos circuitos de valorização, como ocorre no mercado de carbono, não elimina tais desigualdades, mas as reconfigura, produzindo novas formas de expropriação e vulnerabilização nos territórios amazônicos.

Com a valorização econômica, a floresta atrai investimentos e impõe novas formas de regulação sobre os territórios, frequentemente restringindo práticas tradicionais e limitando o acesso aos recursos naturais. Isso compromete a reprodução social e cultural dos povos da floresta, além de intensificar conflitos e disputas pelo controle territorial.

Para o Serviço Social, esse cenário coloca a necessidade de uma atuação crítica diante dessas transformações. Isso implica não apenas compreender os impactos sociais desses mecanismos, mas também fortalecer a defesa de direitos, a participação das comunidades nos processos decisórios e a construção de alternativas que respeitem seus modos de vida.

Assim, a análise da economia verde na Amazônia evidencia que a questão ambiental não pode ser dissociada da questão social. Mecanismos como os créditos de carbono, ao invés de soluções neutras, inserem-se em dinâmicas de poder que podem

aprofundar desigualdades, exigindo uma abordagem crítica orientada pelos princípios da justiça social e ambiental.

5. Considerações finais

A análise aprofundada da questão ambiental na Amazônia como uma manifestação intrínseca da questão social, evidencia as complexas interações entre o modelo de desenvolvimento neodesenvolvimentista, a expansão do capitalismo verde e a financeirização da natureza. A pesquisa demonstrou que a região amazônica, longe de ser um espaço homogêneo, é um território de múltiplas disputas, onde a lógica de acumulação capitalista aprofunda desigualdades, conflitos territoriais e processos de expropriação, afetando diretamente os povos da floresta.

A abordagem crítica adotada permitiu desvelar as contradições inerentes ao chamado “capitalismo verde” e aos mecanismos como os créditos de carbono. Ficou claro que, embora apresentados como soluções para a crise climática, esses modelos frequentemente servem para legitimar a exploração de recursos naturais e a apropriação de territórios, resultando na criação de “zonas de sacrifício” e na vulnerabilização de populações tradicionais, ribeirinhas e periféricas. A COP 30, nesse cenário, emergiu não apenas como um fórum de discussões ambientais, mas como um palco de disputas de poder, onde os interesses econômicos globais muitas vezes se sobrepõem às demandas por justiça socioambiental e à participação efetiva das comunidades locais.

Adicionalmente, a discussão sobre a financeirização da natureza e os créditos de carbono sublinhou que as respostas à crise climática não são neutras. Tais mecanismos, embora propostos como soluções, inserem-se em relações de poder que podem aprofundar desigualdades e reconfigurar conflitos territoriais, como observado no caso da Hydro Alunorte em Barcarena. A perspectiva da Justiça Ambiental e da Ecologia Política se mostra fundamental para compreender como os riscos e danos ambientais são socialmente produzidos e territorialmente direcionados, exigindo uma atuação crítica do Serviço Social na defesa dos direitos e na construção de alternativas que respeitem os modos de vida dos povos amazônicos.

Em suma, o estudo reforça a indissociabilidade entre a questão ambiental e a questão social na Amazônia. A degradação ambiental não é um problema isolado, mas um reflexo das profundas contradições socioeconômicas impulsionadas pela lógica de

acumulação capitalista. A compreensão dessas dinâmicas é importante para a formulação de políticas e práticas que promovam a justiça social e ambiental, garantindo a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades locais frente aos desafios impostos pelo capital.

Referências

BRASIL. Governo Federal. **COP 30: Partners**. Belém, 2026. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30/partners>. Acesso em: 17 abr. 2026.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e violações de direitos: o Projeto Ferro Carajás S11D**, da Vale S.A. 2013.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **A questão social e o Serviço Social: crítica aos fundamentos**. São Paulo: Cortez, 2012.

MISOCZKY, Maria Ceci; BÖHM, Steffen. **Do desenvolvimento sustentável à economia verde: a constante e acelerada investida do capital sobre a natureza**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 546–568, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

REPÓRTER BRASIL. **Protestos em Belém fazem contraponto ao tom otimista da COP30. Repórter Brasil, 2025**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2025/11/protestos-belem-contraponto-tom-otimista-cop30/>. Acesso em: 24 abr. 2026.

SANTOS, Leonardo Costa dos; ANDRADE, Wilson Oliveira de. **A Amazônia como recurso: do desenvolvimentismo ao neodesenvolvimentismo**. In: Amazônia: tópicos atuais em ambiente, saúde e educação. Editora Científica, 2023.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento: desafios para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

TELES, G. C. **Análise socioambiental de risco nas áreas de várzea da Amazônia: um olhar sobre as condições de injustiça ambiental urbana em Barcarena-PA**. Revista de Geografia – PPGeo-UFJF, v. 10, n. 1, p. 17-39, 2020.

VALE. **A Vale na agenda COP 30**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://vale.com/pt/a-vale-na-agenda-cop-30>. Acesso em: 17 abr. 2026.

BRASIL DE FATO. **Barcarena: há um ano, mais uma tragédia marcava a mineração no Brasil**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 23 abr. 2026.

INSUSTENTÁVEIS. **Mineradoras da Noruega e da França são responsáveis por metade dos desastres ambientais de Barcarena**. Disponível em: <https://insustentaveis.org>. Acesso em: 23 abr. 2026.